EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DO FORO REGIONAL DE PINHEIROS DA COMARCA DE SÃO
PAULO

O ESCRITOR NÃO TÃO FAMOSO (doravante denominado “**ESCRITOR**”) brasileiro, solteiro, jornalista, portador da cédula de identidade RG 44.444.444 SSP/MG, residente em Belo Horizonte, na Rua Afonso Pena, nº 222, Belo Horizonte/MG, inscrito no CPF/MF sob o número 676.987.093-17, vem por meio desta requerer perante V. Exa. Propor

AÇÃO DECLARATÓRIA
C/C
AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL
C/C
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
C/C
PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA

Em face da EDITORA E. DILÍCIA (doravante denominado “**EDITORA**”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001, com sede na Rua Harmonia, nº 10, São Paulo/SP, neste ato representada por ANA ALFA BETA (doravante denominada “**ANA**”), brasileira, produtora rural, portadora da cédula de identidade RNE 33.333, com domicílio na Rua do Rocio, 233, Curitiba/SP, ante os motivos de fato e de direito que a seguir passo a expor:

I. DOS FATOS

No dia 1º de janeiro de 2016, o ESCRITOR celebrou um contrato para que a EDITORA publicasse uma de suas obras, o livro “BÁ BÉ BI BO BÚ”. Em decorrência do acordo contratual, o ESCRITOR obrigou-se a entregar o livro em questão até o dia 1º de março de 2016, o que, por motivos de cunho pessoal (após um exaustivo e conturbado divórcio), acabou por ocorrer somente em 1º de setembro de 2016.

De acordo com o contrato, o ESCRITOR deveria pagar uma multa de R\$ 1000,00 (mil reais) por dia de atraso. Entretanto, no ato da entrega, a diretora da EDITORA, a Sra. ANA, não efetuou a cobrança da multa pactuada, apenas entregando ao ESCRITOR um recibo que atestava a entrega da obra. Postula-se ainda no contrato que a não devolução do adiantamento no valor de R\$ 1.000,00 por dia de atraso no ato de entrega da obra tem como

consequência seu não recebimento pela EDITORA (**cláusula quarta do contrato em anexo**).

Posteriormente, mesmo com o sucesso comercial que se tornara a obra em decorrência do “Prémio Cágado” (as vendas atingiram mais de 100 mil edições), a EDITORA recusou o pedido do ESCRITOR para que inscrevesse o livro supracitado em um novo concurso literário chamado “Prêmio Belichões”, alegando que a obra sofreu críticas negativas no concurso anterior - situação extremamente comum no âmbito cultural, tendo em vista que inúmeras obras consagradas também já foram desaprovadas por parte dos críticos literários, fato que não significa, necessariamente, que a obra é um fracasso. Apesar da negativa por parte da EDITORA, o requerente efetuou a inscrição no concurso, sem o consentimento daquela e sagrou-se vencedor de um prêmio no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o que estremeceu a relação de confiança até então existente entre as partes.

Para agravar a situação, a EDITORA, por meio de sua diretora ANA, indicou a possibilidade de vir a recusar novo pedido de inscrição, desta vez no prêmio “Tofráco”, a ser realizado em Angola. Como justificativa para a recusa, a EDITORA utilizou-se do argumento de que a obra possuía conteúdo ofensivo a uma das religiões praticadas no país, o que não encontra respaldo no âmbito factual e jurídico, haja visto que a obra tinha permissão contratual expressa para ser comercializada em todos os países de língua portuguesa, ou seja, se realmente houvesse a referida preocupação da EDITORA, a mesma deveria ter imposto exceção contratual em relação ao país de Angola - dado os critérios subjetivos apontados.

Acrescenta-se a isto o fato de que a participação no concurso “Tófraco” representava dupla satisfação para o ESCRITOR: a primeira, de cunho profissional, visto que desejava obter o reconhecimento de sua obra, bem como a divulgação dela; a segunda, de ordem pessoal, uma vez que seu pai vencera o mesmo concurso no passado, e ele gostaria de realizar o mesmo feito.

A derradeira quebra de confiança e que acabou por ensejar a presente ação foi o recebimento de um e-mail anônimo pelo ESCRITOR encaminhado por um servidor virtual da própria EDITORA, cujo conteúdo era o seguinte: “Ó, Gajo, estão a te roubar, não percebes? Deves conferir a vendagem da sua obra”, o que reforçou suspeita antiga do ESCRITOR de que a EDITORA estaria ocultando o número de obras vendidas, a fim de não ter de repassar ao ESCRITOR os R\$ 10,00 (dez reais) previstos contratualmente por cada livro vendido.

Grifa-se aqui que a quantidade de livros vendidos ultrapassava a faixa dos 100 mil livros na data do protocolo dessa petição. Com efeito, apenas a título de ilustração, deve-se ressaltar o fato de que, com as vendas do livro “BÁ BÉ BÍ BÓ BÚ”, o ESCRITOR auferiria,

no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão) em royalties. Em se tratando de quantia pecuniária tão expressiva, reputa-se abusiva cláusula que autorize a EDITORA a não divulgar os comprovantes de vendas dos livros ao ESCRITOR com o argumento de ser segredo comercial.

Diante do exposto acima, torna-se claro o desgaste existente na relação contratual entre o Requerente e a EDITORA, ensejando os pedidos subsequentes.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preceitua o Código Civil, em seu artigo 422, que os contratantes devem agir de acordo com a **probidade e boa-fé**. Este dever contratual deve ser entendido tanto na fase pré-contratual, na execução e na conclusão, de modo que o contrato possa exercer da melhor maneira possível o seu fim econômico social. Este dever contratual bilateral não foi observado por parte da EDITORA, fato que se desdobrou em três consequências:

Inicialmente podemos averiguar a quebra da boa-fé e da legítima expectativa por parte da EDITORA quando recusa o pedido do ESCRITOR para inscrever sua obra tanto no “Prêmio Belichões” quanto no “Prêmio Tofráco”. Fere-se a boa-fé por estar extrapolando seu direito contratual de EDITORA ao impedir que a obra seja divulgada em um concurso pelo mero receio de não ser bem aceita pela crítica - este argumento é inconsistente, tendo em vista que uma obra estará sempre sujeita ao crivo dos analistas, seja para bem ou para o mal; se uma EDITORA julgar que uma obra não pode ser veiculada pelo receio de não ser bem aceita, não deveria ter optado por editá-la, deixando que o ESCRITOR procurasse outra parceira comercial para veiculação.

Neste contexto, verifica-se a quebra da legítima expectativa do ESCRITOR quando da celebração do contrato, tendo em vista que esperava ver sua obra divulgada por meio de concursos, ferindo seu direito moral e patrimonial.

Em se tratando de um vínculo contratual, resta óbvio que a dimensão patrimonial adquire elemento de extrema relevância no que diz respeito à análise da relação existente entre as partes. O contrato em questão, no entanto, ao ser regido com base na Lei 9610/98 (Lei de Direitos autorais), possui importante componente moral, importando no reconhecimento da existência de danos morais ao ESCRITOR quando da recusa da EDITORA em inscrever a obra em concurso literário. Sobre o aspecto moral, elemento intrínseco aos direitos de ESCRITOR, enunciou BITTAR:

“Os direitos morais são os vínculos perenes que unem o criador à sua obra, para a realização da defesa de sua personalidade. Como os aspectos abrangidos se relacionam à própria natureza humana e desde que a obra é a emanção da personalidade do escritor - que nela cunha, pois, seus próprios dotes intelectuais -, esses direitos constituem a sagração, no ordenamento jurídico, da proteção dos mais íntimos componentes da estrutura psíquica do seu criador(Bittar, Eduardo C. Direito de escritor; 4ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008; p. 47)

Em vista do direito moral do ESCRITOR, portanto, há o direito de ver reconhecida sua criação nos países onde é comercializada, devendo auferir não somente os louros patrimoniais advindos da obra, mas também os benefícios de dimensão moral e de cunho pessoal. Nos termos do artigo 186 do Código Civil, deve a EDITORA reparar os danos causados ao ESCRITOR em razão da não inscrição no concurso literário do Prêmio Belichões. Ademais, no caso em tela, o dano moral é agravado em razão de o Prêmio Tofráco representar, para o ESCRITOR, uma realização pessoal devido ao fato de que seu pai também havia o conquistado anteriormente; portanto, impedir sua inscrição no concurso reputaria em uma frustração de sua vontade de dimensão irreparável.

Ainda, o mesmo princípio da boa-fé é previsto no contrato firmado entre partes, no parágrafo primeiro da cláusula quarta. O ESCRITOR arguiu que está sendo enganado pela EDITORA em relação às vendas do livro, como fonte para tal desconfiança encontrasse um e-mail anônimo que o aconselha a tomar cuidado. Com base no dispositivo presente no contrato fica vedado ao ESCRITOR o acesso ao resultado das vendas, havendo como pressuposto a proteção ao segredo comercial da EDITORA. Age de má-fé, portanto, a mesma com tal conduta, tendo em vista que a informação prestada ao ESCRITOR não traria nenhum dano as suas vendas, visto que não se trata de um concorrente, mas de um parceiro comercial. O direito de acesso aos dados é um meio não lesivo de controle e fiscalização, evitando que situações de desconfiança como esta venham a ocorrer – infere-se que a empresa opta pelo sigilo e ocultação à clareza e cooperação.

Por fim, encontramos dano ao princípio da boa-fé em parte da cláusula sétima do referido contrato. Nesta cláusula há claro abuso de poder contratual por parte da EDITORA, configurando uma situação de desequilíbrio obrigacional. Está previsto que a mesma poderá estipular uma multa, em caso de rescisão contratual por parte do ESCRITOR, no montante

que julgar relevante, ou seja, não há margem para o valor que poderá ser requerido ao ESCRITOR em caso de rescisão unilateral do contrato. Trata-se de um direito puramente potestativo da empresa, uma vez que não há limites ao seu poder discricionário – situação totalmente diversa do caso em que há a rescisão com base em alguma falta da EDITORA, visto que não confere ao ESCRITOR o mesmo direito de estipular multa por algum dano causado.

Quanto à multa supostamente devida pelo ESCRITOR à EDITORA em razão do atraso na entrega da obra, tem-se que seu pagamento não é necessário. Não se ignora a previsão contratual de multa, mas a verdade é que a mora do ESCRITOR no cumprimento da obrigação não inutilizou a prestação, tampouco gerou prejuízos de grande monta à EDITORA. Pelo contrário, o livro rapidamente se tornou um sucesso de vendas, ainda mais se considerada a realidade brasileira no ano de 2016, quando se verificou uma retração de 10% do mercado editorial brasileiro no que diz respeito ao número de livros vendidos¹. Em cenário econômico tão árido, restam poucas dúvidas de que o livro do requerente representou importante fonte de rendimentos para o patrimônio da EDITORA.

A cobrança da multa, ao não ocorrer de forma imediata, somada à aceitação, pela EDITORA, da obra entregue, gerou no ESCRITOR uma expectativa de que não houve qualquer inadimplemento que justificasse a aplicação da multa constante na cláusula quarta. No direito brasileiro, essa situação fática encontra respaldo na boa-fé objetiva e no instituto da *Supressio*, originário do Direito Romano, por meio do qual a não cobrança de uma dívida insculpe na outra parte a expectativa de que o direito creditório não seja exercido.

Sustenta-se que também deveria haver uma revisão na porcentagem devida à EDITORA em relação ao prêmio que fora ganho pelo “Prêmio Belichões”. Entende-se, inicialmente, que o prêmio seria dividido meio a meio (50% para a EDITORA e 50% para o ESCRITOR) tendo como base que houvera a assunção de riscos conjuntos – o editor estaria se arriscando profissionalmente, assim como o autor poderia amargar os prejuízos das edições fabricadas. Há clara divisão dos riscos nesta relação contratual, cada qual com sua obrigação específica, mas que está em conformidade com o esperado. Contudo, tudo muda com a negativa dada pela EDITORA em permitir que o ESCRITOR participe de novos concursos, tendo como pressuposto o medo de ser mal avaliada pela crítica. Os riscos inerentes à exposição da obra no concurso, quando decide ser contra a diretiva da EDITORA,

¹ Notícia vinculada no portal O Globo demonstra o desaquecimento do mercado literário, o que se distingue da situação dos livros do ESCRITOR, incorrendo no aferimento de vantagens econômicas pela EDITORA. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/venda-de-livros-no-brasil-caiu-108-em-2016.html>. Acesso em 27 de Abr. de 2017.)

são assumidos integralmente pelo ESCRITOR, o que ensejaria a não participação da EDITORA nos proventos do prêmio.

Basta que se imagine o raciocínio em sentido contrário: se o ESCRITOR fosse malsucedido, a EDITORA iria responsabilizá-lo e deixar claro que fora contrária desde o começo com a inscrição. Não se mostra justo, portanto, que o prêmio continue a ser dividido meio a meio como era na elaboração do contrato. Evidente que devemos dar parcela à EDITORA, tendo em vista que esta despendeu custos com a obra, contudo não deveria gozar dos louros da vitória de maneira conjunta e igualitária com o ESCRITOR. Tendo isto em vista, argumentasse que a nova divisão deveria ser 25% para a EDITORA, de modo que possa lhe cobrir eventuais gastos, enquanto que o ESCRITOR passaria a ter direito a 75% do valor do prêmio.

Por todo o exposto, considerando a quebra dos princípios contratuais da probidade, boa-fé e legítima expectativa, e ademais, o rompimento de cláusulas contratuais, o ESCRITOR com fundamento no artigo 475 do Código Civil pugna pela rescisão unilateral do contrato firmado em razão do inadimplemento das obrigações da outra parte, com pedido adicional de perdas e danos pelas lesões constituídas aos seus direitos.

III. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

A presente ação se funda na quebra de expectativa e boa-fé contratual materializadas no descumprimento de cláusulas contratuais por parte da EDITORA frente ao ESCRITOR que impactam diretamente nos valores percebidos e na sua carreira, pela negativa da sua inscrição no Prêmio Belichões e, no momento, no Prêmio Tófraco que se aproxima. Sobre este último, ressalta-se que o pai adotivo do ESCRITOR já foi agraciado com o mesmo título, feito que além do impacto profissional seria na esfera pessoal uma honra incomensurável para ele.

Diante disso, requer-se a antecipação da tutela pretendida com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil, para conceder ao ESCRITOR o direito a inscrição no concurso literário do Prêmio Tófraco, evitando a possibilidade de maiores danos de impossível reparação decorrentes do impedimento do Requerente de concorrer ao prêmio. Estão presentes os requisitos no caso:

- a) Demonstra-se o “*fumus boni iuris*” pelo fato da EDITORA já ter recusado anteriormente realizar inscrição do ESCRITOR em outro concurso literário, no qual

ao inscrever-se por conta própria, sagrou-se vencedor, de modo que, desse fato pressupõe-se a probabilidade do direito que se pleiteia existir, além disso, não há respaldo legal para decisão em contrário, haja vista que tal decisão não é passível de causar danos a nenhuma das partes;

- b) Constata-se ainda a presença do “*periculum in mora*”, tendo em vista que, caso não veja essa tutela deferida, o ESCRITOR e sua obra não poderão concorrer ao prêmio almejado, uma perda de valor inestimável para sua carreira, vez que além do prêmio pecuniário, tal título significa um marco em sua carreira, propulsiona as vendas de sua obra e tem o valor sentimental de ter sido concedido também ao pai adotivo do ESCRITOR. Encerrar essa possibilidade traria danos de difícil reparação, se não impossível, justifica o pedido da antecipação de tutela.
- c) Caracterizada também a **urgência**, pois incontroverso que a data final de inscrição no concurso do Prêmio Tofráco, qual seja **10 de julho de 2017**, se aproxima.
- d) Por fim, presente também a **irreversibilidade recíproca**. Considerando a dimensão da importância e dos efeitos que a inscrição no concurso literário representam para o ESCRITOR, mesmo considerando a dificuldade de restauração do *status quo* em caso de revogação da tutela concedida, pela aplicação do princípio da proporcionalidade pugna-se pelo deferimento da tutela para proteção do interesse mais relevante e afastamento do risco mais grave no interesse do ESCRITOR.

IV. DOS PEDIDOS

Em face dos fatos e fundamentos expostos nesta exordial, a parte autora:

1) Requer a rescisão contratual, com recebimento das quantias inadimplidas pela EDITORA, estimados em R\$ 250.000,00, e a imediata cessação das vendas dos estoques, tendo em vista que a EDITORA não teria mais direito econômico sobre a mesma.

2) Subsidiariamente, requer a alteração contratual, tendo em vista cláusulas abusivas que demonstram uma assimetria entre as partes:

a. Requer a alteração da cláusula quarta, parágrafo segundo, do contrato, de modo que a EDITORA se obrigue a divulgar para o ESCRITOR os comprovantes de vendas

da obra - de modo a afastar quaisquer ocultações e dúvidas.

b. Requer a alteração de parte da cláusula sétima, a fim de que uma possível resolução contratual por vontade do ESCRITOR não seja penalizada com multa abusiva, uma vez que o cálculo desta seria de responsabilidade exclusiva da EDITORA, configurando um direito puramente potestativo.

3) Requer indenização por danos morais no valor de R\$ 50.000,00 com base no impedimento de inscrever a obra em concursos, no caso de a participação do ESCRITOR ser cerceada;

4) Requer que a parcela destinada à EDITORA no prêmio Belichões seja reduzida a 25%, levando em conta que a mesma criou uma barreira abusiva ao ESCRITOR, cabendo ao ESCRITOR o equivalente a 75% do Prêmio, isto é, R\$ 150.000,00.

5) Por fim, requer a declaração da impossibilidade de cobrança de multa, estimada em R\$ 180.000,00 pelo ESCRITOR, devido ao atraso na entrega da obra, dada a não configuração de dano à EDITORA.

V. VALOR DA CAUSA

Tendo em vista a cumulação de pedidos, nos termos do artigo 292, VI, em que se veem cumulados os pedidos 1 (que tem o pedido 2 como subsidiário e 3 como alternativo), 4 e 5 supramencionado, totalizando o valor de R\$ 580.000,00.

Nestes termos

Pede deferimento.

São Paulo, 28 de abril de 2017.

SRA. ADVOGADA HELOÍSA TRINDADE CARNELOSSI SILVA NETO
OAB: 234.244/SP

Grupo 10 – Sala 12 – Turma 188

Carlos Galuban Neto 9352361

Dener Luiz Silva 8579035

Fernanda Carnelossi e Silva 9355016

Heloísa Helena Silva 9354186

Lucas Oliveira da Trindade 9352121

Rodrigo Metzner 9343741